

## ■ Clínica, política e as modulações do capitalismo

**Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos**

No campo de discussão que se forma em torno da temática "Império, Biopoder e Resistência", tomamos a relação entre Subjetividade e Clínica no contexto das modulações do capitalismo contemporâneo caracterizado pelas redes frias da mundialização neo-liberal.

Devemos dizer, logo de saída, que tomamos como inseparáveis a clínica e a política, tornando-se indispensável, em nossas análises, uma investigação dos modos de exercício do poder na contemporaneidade. Compreender o capitalismo contemporâneo nos obriga entender este regime de produção que se mantém na variação, realizando modulações que estendem seu domínio para além dos limites concretos de uma nação-estado, no movimento de mundialização do neo-liberalismo. A questão da incomensurabilidade como princípio motriz do capitalismo se torna, então, um tema que exige nossa atenção, atentando para o fato de que este impulso planetarizante, este desejo do ilimitado, se realiza na forma da figura atual das redes - redes infinitas, hiperconectivas e paradoxais porque comportam esperança e perigo. É diante desse paradoxo que acreditamos ser preciso traçar nossas estratégias clínico-políticas.

Seguindo pistas desenhadas por Guattari nos anos 80, ressaltamos o que ele chama de "integração maquínica" do capitalismo. Esta noção descreve o modo de disseminação da lógica do capital no campo das competências subjetivas, isto é, não só onde produzimos no trabalho assalariado, mas também onde exercemos atividades "compatíveis e até desejáveis" ao que é economicamente recuperável: no lazer, na sexualidade, nas relações interpessoais, nas nossas movimentações urbanas etc (Guattari, 1981).

O que Guattari já designava como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) diz respeito a essa maneira como a lógica do capital, em suas modulações contemporâneas, se expressa não mais exclusivamente por uma exploração do

trabalho, mas também e, sobretudo, pelo exercício de exploração da vida, isso que ganha um sentido revigorado, atualmente, a partir das análises foucaultianas.

Trata-se de um capitalismo não mais expansionista tal como ele se realizou desde sua forma ibérica, caracterizada por um tipo de investimento desejante no desterritorializado. Lançar-se ao mar ou realizar o espírito da conquista através de um projeto de expansionismo marítimo, nos indica essa operação desejante própria do capital. Lançava-se ao mar para colonizar, pois é no desterritorializado do mar que se encontrava o meio (*medium*) de integração do diverso à metrópole. Eis aí a axiomática do capital: desterritorializar integrando, recompor incessantemente. Esse expansionismo ultramarino contrasta, contemporaneamente, com um capitalismo intensivo que precisamos melhor entender.

Mas o que estamos entendendo por uma axiomática capitalística? O capital é descrito por Deleuze e Guattari (1976) como se caracterizando por essa operação de desterritorialização dos fluxos e de conjunção deles na produção de uma axiomática. Esta é a tese defendida por estes autores em *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*:

"Fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam: será preciso o encontro de todos esses fluxos decodificados, sua conjunção, sua reação uns sobre os outros (...) para que o capitalismo nasça" (p. 283).

Percebem-se as reverberações das análises de Marx que explicava o capital como efeito do encontro desses dois elementos principais: o trabalhador desterritorializado, tornado força de trabalho livre e nua, e o dinheiro decodificado, tornado fluxo de capital capaz de comprar a força de trabalho. São diversos processos de desterritorialização que liberam fluxos a serem submetidos a uma conjunção forçada: processos de desterritorialização da terra por privatização, dos instrumentos de produção por apropriação, da riqueza por abstração monetária, dos fluxos de produção pelo capital mercantil, do Estado pelo capital financeiro e os endividamentos públicos, etc.

Segundo Deleuze e Guattari, o capital não é um código que organizaria fluxos qualificados, por exemplo, a organização nos circuitos de bens, de

palavras e de mulheres, como propõe L Strauss para o código da Cultura. O código é uma estrutura limitada, embora permita infinitas combinações, como por exemplo, a estrutura do Édipo, finita nessa sua função ternária, mas que permite infinitas combinações dos personagens familiares, contanto que se mantenha uma operação interdutora que se instala como imperativo legal.

Ao contrário, a axiomática do capital diz respeito a um modo ilimitado de conjunção dos fluxos desterritorializados, não qualificados. Temos aí, então, a conjunção de fluxo de trabalho desterritorializado e fluxo de dinheiro decodificado (fluxos não qualificados), gerando um fluxo de trabalho assalariado (fluxo qualificado). Mais ainda, essa axiomática se caracteriza pelo contínuo acréscimo de novos axiomas, permitindo a conjunção de novos fluxos desterritorializados, garantindo o movimento infinito e ilimitado do capital.

A noção de axiomática contrasta também com a noção de programática já que este movimento ilimitado próprio do capitalismo nos obriga a pensar um funcionamento nunca totalmente definido e que inclui os imprevistos, os desvios, os erros e resistência a ele, mantendo-se sempre em crise sem que com isso fique comprometida a sua funcionalidade. Como afirma Guattari (1981: 211) o CMI "não possui um programa definido de uma vez por todas; face a uma crise ou a uma dificuldade imprevista, sempre é capaz de inventar novos axiomas funcionais ou de suprimi-los"

O capital, na sua abstração enquanto sistema de equivalência universal, tudo conjuga, aumentando sempre seus limites, não permitindo nenhuma exterioridade, afirmando-se enquanto movimento sempre à frente impulsionado por esta busca do incomensurável que se faz imediatamente como uma forma de captura do desejo. O capitalismo desterritorializa os fluxos de trabalho e de dinheiro para submetê-los a um novo esquema de conjunção que substitui os antigos códigos desaparecidos, realizando uma operação de controle dos fluxos que devem se manter ligados sobre o corpo do capital.

Segundo Guattari (1981), a axiomática capitalística se caracteriza por três tipos de transformações: o cerco, a desterritorialização e a segmentaridade. O cerco é a forma de domínio pela ampliação dos limites do capitalismo sem que se perca sua função segregacionista. A expansão do CMI, diferentemente das fases coloniais e imperialistas, se dá por remanejamento das relações sociais e

por desenvolvimento de mercados artificiais (de bens, de informações, etc). O fim dos "capitalismos territorializados e dos imperialismos expansionistas" impõe uma transição para "imperialismos desterritorializados e intensivos" (Guattari, 1981:214). Daí o sentido da integração desterritorializada característica do CMI cuja operação é a de constante remodelagem do sentido e da existência das coisas para garantir novas formas de segregação. Podemos identificar diferentes expressões desta operação de cerco. Veja o caso da situação corriqueira em nossos dias da remodelagem do gosto numa incessante desterritorialização dos valores estéticos no mundo da moda; ou a remodelagem do corpo que, num fisioculturismo da mulher e do homem, vai desterritorializando as referências de gênero, anexando os corpos pela sua indiferenciação. Ou também, a remodelagem do conhecimento numa desterritorialização das mensagens no mundo da avalanche de informações. Em todas essas situações, trata-se de uma mesma operação de integração na desterritorialização. Disso decorre uma extrema violência cínica. Extrema porque nos pega em franco movimento de desterritorialização, capturando-nos neste momento em que a criação seria possível, já que os sistemas de referência foram desestabilizados, ou por outra, já que fomos levados a abandonar um certo território, abrindo-nos para o novo. Trata-se, por isso mesmo, de uma violência cínica porque nos põe nessa situação de sermos atacados sem condições de revide. Como revidar nesta situação em que não somos mais o que fomos nem já somos o que seremos? Como revidar neste momento em que experimentamos a passagem de um modo de ser a outro, de um sistema de sentido a outro? Atacados em pleno ar, quando não há possibilidade de ponto de apoio para o revide, somos capturados neste cerco.

O CMI também se transforma por desterritorialização, isto é, o capitalismo se modula por uma desterritorialização de si próprio. A modulação atual do capitalismo se dá por privação da potência econômica das territorialidades nacionais, investindo na homogeneização dos modos de produção e nos modos de controle social. Guattari chama a atenção para o fato de que esta operação só é possível se os órgãos de decisão passam a ser estruturados independentemente destas territorialidades. É por isso que o CMI não tem um centro de poder único, o que faz com que ele funcione através de engrenagens de poder que se espalham por todos os níveis do *socius*. É o que Noam Chomsky (2000), em suas análises

atuais e tão agudas, descreve como sendo o funcionamento regulador de um "senado virtual"<sup>1</sup>. Essa dinâmica de poder descentralizada do CMI vem a favor dos mecanismos desterritorializantes que podem, paradoxalmente, estabelecer zonas de "desenvolvimento" em países subdesenvolvidos e vice-versa. Estas instâncias supranacionais têm o poder de desestabilização dos territórios nacionais, o que fica claro no jogo econômico-financeiro regulado por agências como o FMI, o BID, a ALCA, a OMC, que gerenciam à distância os fluxos nervosos do capital flutuante e sem pátria. Gerência sem controle, ou com controles parciais e instáveis, seu funcionamento se faz em rede.

Mas tamanha plasticidade do capitalismo não compromete a manutenção de sua axiomática de tal maneira que ele se mantém como sistema geral de segmentaridade. Como o capitalismo não se apresenta mais em sua fase de expansão geopolítica, ele investe em novas segmentaridades fazendo coexistir perspectivas de progresso social com políticas de contenção em outras regiões ou setores. Torna-se necessário uma constante redefinição da segmentação social de tal forma a acompanhar as mudanças nas paisagens não apenas econômicas, mas também sociais, sexuais, familiares, conjugais, domésticas, de justiça, educacionais, das relações de trabalho, etc. Estas "novas segmentaridades" fazem desaparecer as antigas divisões (leste/oeste, norte/sul, nacional/multinacional), já que hoje presenciamos um modo de segmentar que não se faz mais em grande blocos molares (a classe, a raça, o país, o continente, o hemisfério), mas que se realiza como uma hierarquização e uma contenção da força coletiva de trabalho que se espreme entre dois extremos: o de uma miséria e de uma riqueza absolutas. Temos, então, zonas de superenriquecimento que não podem mais se confundir com as antigas localidades do capitalismo tradicional (as

<sup>1</sup> "Essa mobilidade das finanças fez nascer o que certos economistas chamaram de 'senado virtual' de dirigentes que, simplesmente transferindo fundos, se encontram em condições de decidir políticas sociais e econômicas" (Chomsky, 2000: 87). Nos últimos 30 anos, segundo Chomsky, a economia mudou de maneira significativa, pois, enquanto 90% das trocas estavam ligadas à economia real, isto é, ao comércio e ao investimento a longo prazo, na década de 90 a economia se torna especulativa, em fluxos de curto prazo. Trata-se da volatilização dos mercados que se tornam imprevisíveis, gerando crises financeiras frequentes. Tal volatilização da produção tem como correlata esta virtualização dos mecanismos reguladores compondo a situação de desterritorialização de que já nos falava Guattari.

classes burguesas, a aristocracia industrial, os países ricos, o ocidente industrializado) e, por outro lado, zonas de empobrecimento absoluto que se apresentam também sem localização específica no socius, já que são como buracos negros, como vazios ou rasgos no tecido social. Lado à lado estes segmentos se confrontam mantendo uma tensão sem apaziguamento, uma coexistência impossível.

Percebe-se, então, que a partir dessa análise do capitalismo somos confrontados com uma evidência mais do que desconcertante, aterrorizante. A máquina capitalística com seu modo de funcionamento datado, contextualizado, não só histórica como geograficamente, atinge uma máxima potência quando sublima toda sua concretude, tornando-se cada vez mais abstrata. O capitalismo realiza seu projeto de máxima integração, se tornando CMI, porque se dá nesse movimento ininterrupto de anexação. Nele, e por ele, já não se admite exterioridade, pois tudo se mundializa. Seu funcionamento não tem mais os limites da máquina concreta.

Esse ilimitado da axiomática capitalista se realiza, mais do que nunca, em sua versão intensiva.

Se o expansionismo se caracterizava pelo movimento do capital a partir de um centro de irradiação (daí um capitalismo realizado como uma geopolítica dos estados nacionais), essa versão intensiva do capital se dá na forma de um estranho domínio. Agora a colonização se faz não mais no confronto entre metrópole e colônia ou qualquer outra das grandes divisões que polarizavam o embate em blocos rivais. Diferentemente, vivemos uma forma de colonização *sur place, in loco*. Paul Virilio e Sylver Lotringer (1984) chamaram este mecanismo de "endocolonização" (p.92). Preferimos, no entanto, evitar os perigos a que esse prefixo grego *endon* pode nos levar, já que ele significa "movimento para dentro" "posição interior". Esse cuidado se justifica quando compreendemos que as lutas se travam, agora, não mais nesse campo geopolítico em que as forças se equacionam a partir de fronteiras que separam o interior e o exterior dos sistemas em confronto. É porque se trata de uma forma intensiva da exploração capitalista que a noção de dentro e fora ganham um outro sentido. O capitalismo intensivo realiza um efeito de dominação gerando no lugar o fora e o dentro.

Veja, por exemplo, a situação de uma segmentação local tal como encontramos num bairro carioca como São Conrado. Ali a colonização se realiza

pondo no mesmo lugar quem estaria à margem e quem estaria no centro do gerenciamento da produção. Uma vez que as duas posições enquanto posições na *polis* - por isso mesmo, posições políticas - se dão no mesmo lugar, somos obrigados a entender as novas formas de embate segundo uma lógica de múltiplas estratificações. O local se adensa em mil platôs gerando também mil lutas. Em São Conrado há condomínios de luxo e a favela da Rocinha, lado à lado. E em cada um desses mundos outros mundos se confrontam pois na Rocinha encontramos o chefe do tráfico e as famílias sitiadas, assim como nos condomínios os credores e devedores se alternam nas quadras de tênis.

Esse adensamento produz nos pólos da luta de classe outras lutas que aí se embutem: a do homem e da mulher, a do hetero e do homossexual, a da criança e a do adulto, a do negro e a do branco, etc. Estes segmentos em luta não podem ser mais rebatidos a uma única molaridade: a da luta de classes. A geologia política se complexifica por fragmentação das segmentações molares, gerando, portanto, estas figuras intramolares ou de molaridades embutidas e integradas. Temos, então, níveis de "existência no lugar" ou uma segmentarização do *socius* por multiplicação de intralutas.

O lugar se fractaliza nesse movimento dos estratos em luta. A noção de fractal é um neologismo criado a partir das pesquisas de Benoit Mandelbrot na década de 70 para pensar uma dimensão, por exemplo, entre a superfície e o volume, isto é, uma figura intermediária que descreve uma dimensão fragmentar (daí fractal). Um objeto fractal é aquele cuja irregularidade fragmentar se apresenta nas diferentes escalas com que o examinamos. Um exemplo clássico é o de um triângulo que se subdivide numa operação ao infinito. A figura que resulta dessa operação qualquer que seja a sua forma atual possui nos seus diferentes níveis de análise o mesmo princípio de organização. Um programa fractal, nesse sentido, permite a criação de diferentes formas que, de fato, são apenas modulações de uma mesma unidade de formação. É neste sentido que podemos dizer que no capitalismo a realidade se fractaliza a partir de uma intensificação e não mais só extensão do princípio da exploração. A realização paroxística do capitalismo pressupõe que a lógica de equivalência do capital se exerça sobre todos os níveis da existência de tal maneira que, em cada lugar, podemos encontrar níveis mais fragmentários nos quais se

realiza, de maneira modulada, o princípio da segmentação, da exploração e da segregação.

Entende-se que tal fragmentação parece abolir qualquer possibilidade de unidade de uma narrativa geral. O capitalismo integra na fragmentação do *socius*, mantendo, conseqüentemente, uma aversão à história. Sendo a história uma grande narrativa ou um discurso que pretende dar unidade aos processos civilizatórios, o capitalismo se quer transhistórico. O que precisamos argüir é essa pretensão do capitalismo que criado na história dela quer se descolar, para dominar o tempo ou dominar a vida, o que para o humano quer dizer o mesmo. Essa pretensão assume em nossos dias a figura da globalização que realiza o capitalismo na forma de redes incomensuráveis que tudo anexam impondo a cada nó da trama o que se apresenta como característica do todo. O fragmento porta o todo, contem o todo que não deixa, portanto, de ser ele, também fractal.

A questão que se coloca para nós, agora, é como resistir a essas novas formas de anexação do/no capitalismo contemporâneo. Mais ainda cabe-nos a pergunta sobre quais relações há entre o capitalismo contemporâneo, o exercício da clínica e a produção de subjetividade. Esta pergunta nos obriga a discutir o plano da clínica na sua inseparabilidade da filosofia, da arte, da ciência, e, em especial para nós, da política. E por que esse destaque da interface clínica-política? Porque aí nos encontramos com modos de produção, modos de subjetivação e não mais sujeitos, modos de experimentação/construção e não mais interpretação da realidade, modos de criação de si e do mundo que não podem se realizar em sua função autopoietica, sem o risco constante da experiência de crise. O que queremos dizer é que definir a clínica em sua relação com os processos de produção de subjetividade implica, necessariamente, que nos arrisquemos numa experiência de crítica/análise das formas instituídas, o que nos compromete politicamente.

O tema da produção é tributário da obra de Marx e aqui estamos nos apoiando especialmente no texto de 1857, *Introducción General a la Crítica de la Economía Política* (Marx, 1997) onde é apontada a centralidade da categoria de produção para a análise da divisão social do trabalho. Este seu primeiro escrito teórico sobre temas econômicos, indicava a inseparabilidade entre produção/distribuição e consumo, entre processo de produção e produto.



Colocando-se crítico de qualquer análise abstrata, Marx sustentará a tese da determinação material, determinação histórica e concreta dos modos de produção. Diz ele "A produção em geral é a abstração, porém uma abstração que tem um sentido, enquanto põe realmente de relevo o comum, o fixa e nos remete a uma repetição" (Marx, 1997:35). O geral ou o comum está, para o autor, completamente articulado com o que dele se desdobra em suas distintas determinações.

Este trecho, a nosso ver, indica algo da maior importância: a produção é uma repetição. Logo, é ela mesma, a produção enquanto processo permanente, que se repete. A produção, neste sentido, é primeira. Ela insiste como processo que antecede todas as coisas, fatos, sujeitos. "A produção produz não só objetiva mas também subjetivamente" (p. 40). "A produção não somente produz um objeto para o sujeito mas também o sujeito para o objeto" (p.42).

Ao afirmar que num sujeito, produção e consumo aparecem como movimentos de um ato, quer ressaltar que ambos aparecem como movimentos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida e por isso também o movimento predominante. Da mesma forma, quando Marx pensa a distribuição e a troca, destacará que não se poderá pensá-las separadas da produção. "O modo de produção é determinante para a nova distribuição que se estabelece" (p.47).

Ora, se seguimos as pistas construídas por Marx como o fizeram Deleuze e Guattari, podemos avançar na direção de que a produção, sendo primeira, apresenta-se como processo de produção ininterrupto. Logo é de uma operação infinitiva que estamos falando. Podemos, então, falar de produção como um plano, plano de constituição, plano de engendramento, fazendo-se permanente.

Quando desestabilizamos uma realidade que se apresenta como um campo de forças em aparente estabilidade, como o próprio campo da clínica por exemplo, o que vemos emergir são processos de produção. Ao revelarmos a dimensão de produção no campo, desnaturalizamos sua realidade e suas dicotomias constitutivas. O plano aí revelado é, então, sempre "processo de produção". Seja o plano de constituição das práticas psi, seja o plano de criação do esquizofrênico, seja o plano de emergência do político, o plano é sempre uma processualidade, isto é, um se fazendo (Passos e Barros, 2000).

Se assumimos, então, a imanência da produção no produto, temos que reavaliar a posição do sujeito, pois aqui também o sujeito será efeito de um

processo de produção: processo de subjetivação, plano de subjetivação ou de criação do si. A forma subjetiva, o sujeito, é produto resultante de um funcionamento que é de produção inconclusa, é heterogénico, nunca havendo esgotamento total da energia potencial de criação das formas. É por isso que dizemos que a subjetividade é plural, polifônica sem nenhuma instância dominante de determinação.

O que mais nos interessa aqui destacar é este aspecto de produção do sujeito e, mais ainda, o que historicamente vem se dando como efeito das modulações do capitalismo, a saber, a separação entre produção e produto, portanto, entre processo de subjetivação e sujeito. Esta separação tem como consequência a captura da realidade em uma forma dada, tida como natural, mas que deve ser entendida como forma-sintoma a ser posta em análise. A operação analítica freqüente nas intervenções clínicas não é outra coisa senão a desestabilização destas formas, permitindo o aparecimento do plano de forças de produção a partir do qual tal realidade se constituiu.

Entendemos a experiência clínica como a devolução do sujeito ao plano da subjetivação, ao plano da produção que é plano do coletivo. O coletivo, aqui, bem entendido, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado de um contrato que os indivíduos fazem entre si. Coletivo diz respeito a este plano de produção, composto de elementos heteróclitos e que experimenta, todo o tempo, a diferenciação. Coletivo é multidão, composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças. No plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que é de ninguém, ou, poderíamos dizer, com o que é da ordem do impessoal. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas. É aí que entendemos se dar a experiência da clínica: experimentação no plano coletivo, experimentação pública.

Essa dimensão do público ou do coletivo, como nos referimos, deve ser entendida como a dimensão das redes no contemporâneo. Tal noção de rede ganha na atualidade um sentido ambíguo, já que comporta esperança e perigo ou, em outras palavras, comporta um funcionamento quente e um funcionamento frio.

Luis Fernando Veríssimo, comentando uma matéria em defesa do I Fórum de Porto Alegre, em 2000, publicada no *Le Monde Diplomatique*, se refere

a esta experiência como um "Davos quente" ou uma "globalização de baixo para cima". Qual é a diferença entre uma rede quente e uma fria? Ou entre uma rede que vai se fazendo de baixo para cima e uma que se constrói de cima para baixo? Se toda rede opera de modo descentralizado, se ela se forma sem uma central de gerenciamento, como é que ela pode se dar de cima para baixo? De fato, há uma dissonância interna nesta idéia de uma rede fria, pois esta definição comporta o absurdo de supor um funcionamento em rede onde insiste a função de um centro. Por que o funcionamento do sistema do CMI se apresenta na forma de uma rede fria? A dimensão reticular do capitalismo contemporâneo resulta do modo integrativo, isto é, anexador, como o capital se expande no planeta. Já o esfriamento dessa rede se faz pela presença de um centro que não exerce menos a sua função de segmentação, exploração e segregação apesar de agora ter se virtualizado. É o caráter virtual do centro de gestão dos fluxos do capital que confere ao funcionamento do CMI um aspecto de rede fria. A virtualização da função de centro do CMI não é, entretanto, uma desrealização, pois esse virtual, embora não se atualizando necessariamente em agentes concretos ou em territórios geopolíticos, possui realidade. Trata-se do real da axiomática capitalística, um real vazio cuja melhor expressão é a do capital não enquanto moeda (função concreta ou real atual), mas como equivalente universal. A partir desse vazio, axiomas vão sendo produzidos e substituídos permitindo que deles vá se deduzindo os diferentes sentidos da realidade, atualizando este real. O capitalismo, portanto, vive e insiste apoiando-se nesse centro vazio, ele mesmo invariante e a partir do qual toda variação é "friamente" determinada.

Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neo-liberal é uma rede fria e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogênea. É nesse sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo. Devolver o produto a seu processo de produção tal como entendemos ser a direção

da clínica pressupõe conectarmo-nos nas redes quentes produtoras da diferença.

A nossa aposta é de que a experiência clínica mais do que nunca é resistência porque entendemos, a partir de Foucault (1980; 1999), que a vida ela também é marcada por uma complexidade sendo a um só tempo, no contemporâneo, um ponto de incidência dos mecanismos do biopoder e um ponto de resistência biopolítica. E se o CMI se caracteriza por uma forma de assujeitamento da vida, há que se apostar nas formas de resistência experimentadas nos processo de subjetivação. Eis nossa aposta clínico-política.

## Bibliografia

- CHOMSKY, N. (2000) *Finance et Silence. Le Monde Diplomatique*, juil./août
- DELEUZE, F. & GUATTARI, F. (1976) *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago.
- FOUCAULT, M. (1980) *História da Sexualidade I. Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1999) *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- GUATTARI, F. (1981) O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. Em *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- MARX, K. (1997) *Introducción General a la Crítica de la Economía Política*. México: Siglo Veintiuno editores
- PASSOS, E. & BARROS, R. B. (2000) A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jan-abr, v. 16, n. 1, pp. 071-079.
- VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. (1984) *Guerra Pura. A militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.

■.....Regina Benevides de Barros é professora do departamento de psicologia da UFF. (rebenevi@terra.com.br).

■.....Eduardo Passos é professor do departamento de psicologia da UFF. (epassos@antares.com.br)